

# DÉFICE DE ENFERMEIROS ESTÁ ASSOCIADO A UMA MAIOR MORTALIDADE EM DOENTES INTERNADOS

**Estão identificados quantos enfermeiros faltam nas instituições públicas de saúde nos Açores. Os números vão ser agora apresentados à tutela. Mais do que um mero número, a Ordem dos Enfermeiros recorda a importância destes profissionais no ciclo da Saúde na região.**

 Natacha Alexandra Pastor  Direitos Reservados

**C**riativa – Qual vai ser a bandeira de trabalho, em 2017, para a Secção Regional dos Açores da Ordem dos Enfermeiros?

**Enf.º Luís Furtado (Ordem Enfermeiros)** - A nossa bandeira e aquilo que nos move radica sempre no mesmo, independentemente do ano ou do momento em que nos encontramos. Defender os profissionais de Enfermagem, trabalhando para que lhes sejam garantidas melhores ferramentas e melhores condições para desempenharem as suas funções e servirem os nossos concidadãos. Esta é a nossa meta e, ao mesmo tempo, também um caminho.

Mas respondendo mais concretamente à questão, temos plena consciência de que são muitos os desafios que o sector da saúde enfrenta. Desafios e dificuldades que condicionam, indiscutivelmente, o exercício profissional dos enfermeiros, não sendo exceção a Região Autónoma dos Açores. Se por um lado é certo que a saúde nos Açores precisa de ser sustentável, também é certo que não pode empurrar para as suas margens os mais vulneráveis e desprotegidos e, muito menos, preservar a sua profunda e, incompreensível, matriz medicocêntrica.

A dotação de enfermeiros na Região – uma melhor dotação – é, sem dúvida, uma das nossas grandes bandeiras. A pressão que tem havido para a redução da despesa corrente no sector da saúde é imensa, e bem nossa conhecida, mas não pode ser feita à custa de cortes em componentes essenciais do sistema, como é o caso dos enfermeiros. Uma dotação inadequada de enfermeiros (défice) está as-

sociada a uma maior mortalidade em doentes internados e a uma redução no potencial de ganhos em saúde tanto a nível hospitalar como em ambulatório (cuidados de saúde primários), pelo que o não investimento na contratação destes profissionais, que no presente e em termos da despesa no sector pode parecer poupança, a médio e longo prazo, revelar-se-á desastroso, e uma fatura elevadíssima tanto para as populações que se servem do Serviço Regional de Saúde, como para os futuros governos que irão ver-se a braços com uma condição que, para se corrigir, demorará décadas e terá um custo económico e social tremendo. É preferível a proatividade à reatividade. Há que assegurar os alicerces para um Serviço Regional de Saúde forte e resiliente, e a aposta nos enfermeiros é, certamente, uma aposta ganha.

**Qual é a vossa estimativa ou perceção para o número de enfermeiros em falta nas unidades de saúde da Região Autónoma dos Açores? Em que ilhas a situação é mais crítica? Vamos a números: quantos profissionais estão a faltar? Desses - importa destacar - qual o número mínimo essencial e urgente? Com a falta deste pessoal, o que acontece para quem está no ativo?**

Quanto a esta questão da dotação segura dos cuidados de Enfermagem, posso dizer que o levantamento está concluído, os cálculos estão apurados na sua totalidade e estamos agora a aguardar a determinação da data para a sua entrega ao Governo Regional dos Açores, designadamente ao Se-



Foram vários anos de expectativas goradas... as pessoas cansam-se, e os enfermeiros não constituem exceção.”



cretário Regional da Saúde. Por esta razão, como deverá compreender, não poderei, em qualquer circunstância, fazer referência ao número concreto, nem às ilhas ou unidades de saúde mais deficitárias. É uma questão de princípio. Primeiro terá acesso a esta informação, como não poderia deixar de ser, a entidade parceira nesta iniciativa.

Posso dizer-lhe que este não foi um processo fácil, nem rápido, e, em alguns casos, com uma colaboração muito deficitária por parte das instituições de saúde, situação que nos surpreendeu, uma vez que se tratou de uma iniciativa de parceira com o Governo Regional dos Açores e porque as instituições de saúde são uma das partes mais interessadas em conhecer, com rigor, a sua real carência de enfermeiros. O acordo de cooperação que deu origem ao apuramento do défice de enfermeiros nas instituições públicas de saúde nos Açores constituiu-se como uma iniciativa ímpar em todo o país, com início em meados de 2015. Com estes dados estamos capazes de, com todo o rigor e propriedade, dizer quantos enfermeiros se encontram afetos à prestação direta de cuidados de enfermagem e quantos estão em falta para conferir índices mínimos de segurança e qualidade aos cuidados que diariamente são prestados à população. Temos, agora, o potencial para definir e acompanhar as tendências de entrada e saúde de enfermeiros no Serviço Regional de Saúde e o cumprimento do próprio acordo.

Após a entrega do relatório final à Secretaria Regional da Saúde, contamos, num evento público, e dirigido a enfermeiros e à sociedade civil em geral, apresentar o panorama da dotação de enfermeiros na Região.

#### **Até que ponto têm havido situações muito difíceis de gerir, pela escassez de recursos humanos? A Ordem tem conhecimento de casos complicados?**

Temos tido situações de resolução delicada no que à dotação de enfermeiros diz respeito. Na verdade, e porque foi tornado público, o caso da Unidade de Cuidados Continuados de Vila Franca do Campo – Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel – foi o mais mediático, mas que culminou com a adequada provisão daquela equipa na sequência de rutura por exaustão. Este é um exemplo paradigmático de como o arrastar de uma situação levou a um cenário perfeitamente evitável e a uma exposição totalmente desnecessária de uma equipa. A gestão de topo, entenda-se, os Conselhos de Administração, deverá assumir uma postura responsável no que diz respeito às condições do exercício da profissão de enfermeiro, especialmente quando dos Conselhos de Administração fazem parte enfermeiros, eles sim, obrigados, por força do seu código deontológico, a obedecer aos normativos emanados pelo seu Regulador. Relativamente a outros casos, temos intervindo localmente, tanto através de visitas de acompanhamento do exercício profissional, como de reuniões com as direções técnicas de Enfermagem, no sentido de se procurarem as melhores soluções para estes velhos problemas.

#### **Há um período anual que tem sido sistematicamente mais complicado para estes profissionais?**

Não se poderá falar em períodos particularmente complicados, pese embora exista uma certa sazonalidade no que concerne a determinados problemas, como é o caso da atividade gripal, com a sobrecarga dos serviços de urgência e unidades básicas de urgência. O verão também costuma ser um período de certa forma mais complicado, não só pelo aumento da procura, fruto do incremento que resulta da população móvel, mas também porque os próprios serviços, em valências que não as de capital intensivo, habitualmente reduzem a sua atividade.

A Região, com a abertura do espaço aéreo, ficou sujeita a uma imensa volatilidade populacional. O aumento do volume de turistas em circulação, nacionais e estrangeiros, acrescentou alguma pressão sobre os serviços, num Serviço Regional de Saúde que já se debatia com um conjunto de problemas e de situações de resposta desadequada à população residente. Os velhos problemas precisam ser resolvidos para podermos dar resposta às novas, e emergentes, situações.

#### **Já foi possível avançar para o novo executivo açoriano, reunindo com a tutela da Saúde, expondo os vossos pontos de vista e pretensões? O que foi transmitido pelo secretário regional? Há um espaço de tempo razoável acordado para ir debelando todas as questões? E se não forem cumpridos os compromissos, o que pode vir a seguir?**

Temos estado, como é normal e desejável, em constante contato com a tutela. Não poderia ser de outra forma, já que ambas as partes partilham um objetivo em comum: um Serviço Regional de Saúde (SRS) eficiente, financeiramente sustentável e capaz de servir as populações de forma digna, onde se inclui a melhoria na acessibilidade, na capacidade de resposta e com ganhos para a saúde.

Em suma, um Serviço Regional de Saúde mais proactivo e menos reativo.

Em janeiro passado, tivemos uma audiência com o Dr. Rui Luís, em Ponta Delgada, num encontro que foi tornado público pela comunicação social, e em que eu, em nome da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores (SRRAA), lhe transmiti algumas das nossas principais preocupações e pontos de vista. Estas preocupações passam obviamente pela dotação segura de enfermeiros, uma questão muito importante para nós e para o bom funcionamento do SRS, já que sem o número adequado de profissionais de enfermagem todo o edifício da Saúde terá obviamente problemas de resposta. Os enfermeiros não apregoam apenas que são a coluna vertebral do Serviço Regional de Saúde, os enfermeiros são-no efetivamente; nos primórdios deste Serviço, quando mais ninguém estava lá, os enfermeiros estavam. Foram os enfermeiros que, ativamente, reduziram a taxa de mortalidade materno-infantil nesta Região, quando este indicador, em meados do século passado, fazia Portugal corar junto dos seus parceiros externos. Reiteramos, junto da Secretaria Regional da Saúde, que somos um parceiro natural na definição da



**Os enfermeiros não apregoam apenas que são a coluna vertebral do Serviço Regional de Saúde, os enfermeiros são-no efetivamente...”**

política de saúde na Região, como de resto já demos provas no passado recente.

Uma maior aposta nos Cuidados de Saúde Primários (CSP) tem sido desde sempre um dos nossos “cavalos de batalha”. Já falamos várias e repetidas vezes sobre esta matéria. Para quê estarmos constantemente a tapar buracos e a responder reactivamente, quando podemos tentar minimizar ou mesmo resolver os problemas na sua origem? Ou seja, através da prevenção e de um contato mais direto com as pessoas, evitando que elas sobrecarregam o SRS (o caso das Urgências é paradigmático). Isto leva-nos a outras das matérias que transmitimos na reunião, como é o caso da implementação dos Núcleos de Saúde Familiar na Região e a proposta que apresentamos à tutela, ainda na anterior legislatura, e que, até ao momento, não mereceu um posicionamento por parte da Secretaria Regional da Saúde, posicionamento que esperamos obter com esta nova equipa no Solar dos Remédios. A propósito dos Núcleos de Saúde Familiar, permita-me esclarecer que a SRRAA apoia a criação e a implementação dos mesmos, com base no pressuposto de que poderão dar um contributo muito valioso para o aperfeiçoamento de todo o Serviço Regional de Saúde, dentro da aposta que preconizamos para os CSP, com estruturas horizontais em que os profissionais que os integram assumem uma posição de complementaridade. Temos apenas algumas dúvidas, que transmiti pessoalmente ao senhor Secretário, sobre a sua aplicabilidade a todas as Unidades de Saúde de Ilha da Região. O modelo precisa ser melhorado, aprimorado, de modo a que possa acomodar, verdadeiramente a Enfermagem de Família, coisa que, para já, e nos termos em que se encontra estruturado, não acontece. Apresentamos uma proposta de melhoria, agora aguardamos.

Também a criação de melhores condições para que os enfermeiros alarguem as suas competências formativas e profissionais foram outra das matérias que conversamos. Em termos gerais fiquei muito satisfeito com esta primeira audiência e estou convicto de que existe espaço para entendimento entre a SRRAA e a Secretaria da Saúde, en-

tendimento este que, para se manter, terá de assentar na adoção de um comportamento leal e responsável das duas partes.

**Há cansaço e descontentamento na classe? Inclusive há quem peça ou pondere o seu afastamento? E até mesmo a emigração? Quais diria serem os fatores principais do descontentamento?**

O descontentamento dos enfermeiros resulta de uma conjugação de situações e fatores que convergiram para este atual quadro de desânimo e descrença, com intenções de abandono da profissão e emigração.

Foram vários anos de expectativas goradas... as pessoas cansam-se, e os enfermeiros não constituem exceção. A situação de contraciclo económico e a condição de emergência nacional, afetaram os enfermeiros, como afetaram a larguíssima maioria dos cidadãos portugueses, e a Região Autónoma dos Açores não foi exceção.

Este grupo profissional há muito que ambiciona, e de forma legítima, uma carreira que os enquadre em todos os domínios do seu exercício profissional, num quadro de retribuição remuneratória compatível, quer com o nível de desenvolvimento científico e de competências técnicas e humanas detido, quer com o nível de responsabilidade que atualmente é por eles assumido.

No que diz respeito ao flagelo do desemprego a nível Regional entre os enfermeiros recém-licenciados, estamos a diligenciar para que, no decurso deste ano, possamos, uma vez mais, aferir com rigor a dimensão do problema, tal como o fizemos em 2013. Precisamos perceber se houve uma deterioração geral das condições de empregabilidade dos jovens enfermeiros; ao mesmo tempo que fazemos isto, iremos, igualmente, aferir da emigração efetiva nos últimos anos, uma vez que a simples emissão de declarações de diretivas comunitárias não se constitui como um instrumento de medida rigoroso para monitorizar a emigração entre os enfermeiros; quando o enfermeiro pede esta declaração aos nossos serviços, a mesma constitui-se apenas como uma intenção e não como um ato consumado conducente à sua emigração. 